



Instituto Politécnico de Castelo Branco  
Escola Superior de Educação

## **PROVA AO TÍTULO DE ESPECIALISTA EM SERVIÇO SOCIAL**

MANUAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E COMUNITÁRIO DAS ALDEIAS

“A INTERVENÇÃO SOCIAL DO PROJETO HÁ FESTA NO CAMPO”

CANDIDATO: Marco Paulo Tavares Sousa Domingues

Castelo Branco, 26 de março de 2015

PROVA DE ESPECIALISTA EM SERVIÇO SOCIAL  
A INTERVENÇÃO SOCIAL DO PROJETO “HÁ FESTA NO CAMPO”

**INDICE**

NOTA INTRODUTÓRIA.....	2
1. CONHECER “O ONDE” .....	4
2. SABER O PORQUÊ .....	5
2.1. PORQUE SIM!.....	6
3. PRESSUPOSTOS DE ATUAÇÃO .....	8
3.1. Tudo o que se faz num centro urbano pode também ser realizado numa aldeia .....	8
3.2. Tudo o que está sem utilização é espaço de oportunidade .....	8
3.3. As aldeias podem ser globais e harmonizar as cidades .....	8
4. DO QUE ESTAMOS A FALAR ... CONCEITOS .....	9
4.1. Desenvolvimento local e ação comunitária.....	9
4.2. Educação para o desenvolvimento .....	10
4.3. Economia social e solidária.....	13
5. O SERVIÇO SOCIAL NO “HÁ FESTA NO CAMPO” .....	14
5.1. Desafios do Serviço Social atual – análise do coordenador de projeto .....	19
6. INSPIRANDO A MUDANÇA... PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	21
6.1. A inspiração da educação para o desenvolvimento local .....	21
6.2. A inspiração da revitalização económica associada à social .....	21
6.3. A inspiração da arte e da cultura .....	22
6.4. A inspiração da participação, capacitação e atitude positiva.....	22
7. QUANDO A ASSEMBLEIA GERA FESTA E A FESTA ASSEMBLEIA.....	22
7.1. Recolha de informação e apresentação à comunidade .....	22
7.2. Mobilização das pessoas – Da igreja aos líderes locais.....	23
7.3. Assembleia Comunitárias/Participação .....	23
7.4. Capacitação/Partilha/Organização.....	24
7.5. Festa e Celebração.....	24
7.6. Comunicação – “Jornal das Aldeias” e captação de novos atores.....	25
7.7. Sustentabilidade e parcerias .....	25
8. FALAR PORTUGUÊS PARA TODOS! .....	26
9. PENSAR A EXPANSÃO ATRAVÉS DA CONSOLIDAÇÃO.....	27
NOTAS FINAIS.....	28
BIBLIOGRAFIA.....	29

## NOTA INTRODUTÓRIA

O presente trabalho surge no âmbito da apresentação da candidatura à prova de especialista em serviço social e pretende ser uma abordagem prática e reflexiva do projeto “Há Festa no Campo”, iniciativa de intervenção comunitária, financiada por três anos (2014 a 2016) pelo Programa PARTIS – Práticas Artísticas para a Inclusão Social do Programa de Desenvolvimento Humano da Fundação Calouste Gulbenkian, tendo como entidade promotora e coordenadora a Associação EcoGerminar – Associação de Desenvolvimento do Interior de Promoção do Comércio Solidário e Sustentável, do Ecoturismo e de combate à Desertificação Rural e como entidades parceiras a Associação Terceira Pessoa, ETEPA – Escola Tecnológica e Profissional Albicastrense e União das Freguesias do Freixial e Juncal do Campo. Este trabalho pretende também com as devidas adaptações, tornar-se num guia ou manual de referência à intervenção comunitária em contexto de aldeia.

A prova encontra-se estruturada por capítulos e subcapítulos, e procurou-se uma linguagem promotora da ação e do pensamento crítico e construtivo com base na experiência de campo do autor enquanto coordenador, pretendendo de forma clara e simples ser um guia acessível e prático de apoio à intervenção social em contexto comunitário, dirigido a profissionais e estudantes.

Num primeiro capítulo é apresentado o diagnóstico, com maior enfoque nas razões e pressupostos de intervenção (subcapítulos: “conhecer o onde; saber porquê; porque sim e pressupostos”), identificam-se os problemas e as oportunidades associadas à intervenção no âmbito do projeto, seguido por um segundo capítulo, onde se apresenta em síntese os conceitos pilares do modelo de intervenção e um breve enquadramento concetual e síntese do modelo de intervenção em serviço social, com uma breve análise do serviço social no âmbito do projeto. Neste segundo momento apresenta-se a estratégia de desenvolvimento local (subcapítulos: “conceitos”, “o serviço social no Há Festa no Campo” e “inspirando a mudança... para o desenvolvimento local”. No terceiro capítulo analisam-se alguns dos processos de intervenção (subcapítulos:

PROVA DE ESPECIALISTA EM SERVIÇO SOCIAL  
A INTERVENÇÃO SOCIAL DO PROJETO “HÁ FESTA NO CAMPO”

“quando a assembleia gera festa e a festa assembleia” e “falar português para todos”), sendo por fim concluído com uma breve proposta e pretensão de disseminação da experiência comunitária, a qual se designou de “pensar a expansão através da consolidação”.

Este trabalho resulta de contributos multidisciplinares e da partilha de momentos de reflexão entre diferentes atores e perspetivas, tal como da experiência do autor enquanto assistente social, coordenador do projeto e agente especialista em intervenção comunitária e desenvolvimento local.

Sabendo da diversidade das aldeias, das suas fragilidades às suas potencialidades, das características das suas populações até às diferenças face à relação com o poder local, importa referir que esta é uma proposta de manual de apoio à intervenção com base na experiência comunitária do projeto “Há Festa no Campo”, mas que no entanto reúne o conhecimento de outros territórios, nomeadamente da Rede AIA – Aldeias Inovadoras e Ativas<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Rede informal de representantes de 5 aldeias que trocam entre si práticas e experiências de projetos e modelos de desenvolvimento local: Brotas –Mora ; Landal - Caldas da Rainha; Chãos - Rio Maior; Juncal do Campo - Castelo Branco e Miro – Penacova.

## 1. CONHECER “O ONDE”

O âmbito de atuação do projeto “Há Festa no Campo” localiza-se na União das Freguesias do Freixial e Juncal do Campo ( freguesias unidas administrativamente em 2003 na reorganização administrativa do território das freguesias - Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro) no distrito e concelho de Castelo Branco.

Este pequeno território com pouco mais de 40 km<sup>2</sup> tem 4 espaços (aldeias) de atuação do projeto, Juncal do Campo, Freixial do Campo, Barbaído e Chão da Vã, esta com uma pequena aldeia anexa com a designação de Camões. Este território tem pouco mais de 800 habitantes e é marcado à semelhança de outros territórios rurais por uma elevada taxa de envelhecimento populacional e uma baixa densidade (20 pessoas por km, enquanto no concelho com média de 37,6km segundo dados disponíveis na Pordata).

Este é um território com 7 associações; Associação de Apoio Social Freixial do Campo, Associação Cultural e Recreativa Juncalense, Rancho Folclórico de Juncal do Campo, Associação de Caça e Pesca do Ribeiro Vale Sando, Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Chão da Vã, Clube Recreativo e Cultural de Freixial do Campo e Clube Recreativo e Cultural de Barbaído, e com 4 cafés e 3 mercearias.

Os principais problemas do território são o isolamento face aos serviços públicos, nomeadamente a presença do médico uma vez por semana, a inexistência dos CTT e o encerramento das escolas, a fraca rede de transportes, e a impossibilidade de construção de novas habitações, afastando assim a possibilidade de atração de novos casais. Por outro lado, este território tem um potencial de desenvolvimento associado à promoção da participação da comunidade, nomeadamente na valorização da produção agrícola ( ex. azeite e mel) e ao turismo de experiência e ecoturismo, entre várias outras oportunidades identificadas no ponto 2.1.

## **2. SABER O PORQUÊ**

As aldeias são espaços de diversidade e de oportunidade de mudança social no atual contexto socioeconómico. No entanto, nas últimas décadas as povoações aldeãs viram a migração e emigração das suas populações para os grandes centros urbanos e outros países europeus, acompanhada de uma crescente desvalorização dos territórios rurais e da sua identidade cultural rural, associada por exemplo à dureza de vida, o que levou ao declínio da agricultura familiar por parte dos mais jovens. No entanto, novos movimentos sociais em contextos urbanos e rurais com uma forte capacidade de resiliência, surgem com o objetivo de revitalização da agricultura familiar com preocupações associadas também ao seu positivo impacto social e ambiental.

Esta realidade gerou um envelhecimento significativo da população e a forte perda populacional nestes territórios, agora considerados de baixa densidade e/ou despovoados. As aldeias foram compreendidas por governos sucessivos como espaços condenados ao abandono e à “necessária” perda continuada de serviços públicos e privados, nomeadamente das escolas, farmácias, extensões de saúde, correios, transportes, acompanhadas também das pequenas empresas locais (mercearias, cafés). Nas últimas décadas o investimento público resumiu-se à criação de ringues desportivos raramente utilizados, lares e centros de dia que se encontram em funcionamento, enquanto a procura assim o permitir. Por outro lado o crescente sentimento de “urbanização” foi acompanhando com a ausência de propostas políticas de desenvolvimento das aldeias, afastando as populações de uma cidadania participativa e de um sentimento de pertença que fortemente as caracterizava, reforçando assim, a incapacidade de reivindicação, permitindo por outro lado, crescentes assimetrias de investimento entre os centros urbanos e as pequenas freguesias rurais.

## 2.1. PORQUE SIM!

Potenciar as oportunidades é um trabalho de convicção positiva e de alavancagem de intervenções comunitárias. Tendo os mais tradicionais dos diagnósticos um enfoque muito grande nos problemas e constrangimentos, no “Há Festa no Campo” pretendeu-se a potencialização das oportunidades, identificadas através de um trabalho diagnóstico inicialmente realizada com entrevistas porta a porta junto da população, e posteriormente com reuniões junto dos “líderes” locais e poder local, mas também na pesquisa de novas tendências de desenvolvimento<sup>2</sup>, das quais passamos a identificar:

- Atração de população jovem associada a modelos sustentáveis de vida (produção e consumo local, novos movimentos por ex. “novos povoadores”<sup>3</sup>);
- Espaços de educação alternativa (educação com base nos valores da comunidade e da sustentabilidade);
- Espaços de criação e de inovação artística e cultural- Residências de Artistas;
- Mobilização da sociedade civil para processos mais participativos e associados ao desenvolvimento local e comunitário;
- Valorização do *Know How* das comunidades como processos de revitalização territorial;
- Atração de residentes dos países nórdicos e do centro da Europa e refugiados;
- Aumentar a soberania e sustentabilidade reduzindo a dependência do consumo no mercado tradicional (ex. criação de moedas locais, circuitos curtos de produção e comercialização);
- Espaços públicos disponíveis para investimento social (ex. escolas, casas do povo);
- Espaços promotores do empreendedorismo e inovação social :
  - Novas tendências do turismo ( turismo social e de experiências);
  - Nas residências e encontros de artistas;
  - Na produção agrícola sustentável;
  - Na criação de serviços privados de proximidade em substituição dos públicos;
  - Na apresentação de novos modelos de educação;

---

<sup>2</sup> Visitas a outros territórios, participação em fóruns e pesquisas online

<sup>3</sup> Iniciativa de apoio ao repovoamento, para saber mais consultar <http://www.novospovoadores.pt/>

PROVA DE ESPECIALISTA EM SERVIÇO SOCIAL  
A INTERVENÇÃO SOCIAL DO PROJETO “HÁ FESTA NO CAMPO”

- Na criação de mercados locais com base em produtos, serviços e competências;
- No trabalho à distância de um “clique” (ex. web designer);
- Na gestão de uma aldeia como espaço hoteleiro.

**Como as aldeias ficaram assim! - Compreender as causas e efeitos dos problemas**

Dada a complexidade dos principais problemas, identificam-se no quadro abaixo as causas e efeitos, permitindo assim um melhor enquadramento preparação das estratégias de intervenção, com a qual se construiu uma proposta integrada de desenvolvimento local, procurando uma maior sensibilidade do poder local política face aos problemas locais, e a criação de um sentimento de pertença que projetasse o território de atuação, como um bom exemplo de desenvolvimento (boa prática).

CAUSAS – PROBLEMAS – EFEITOS

Efeitos	Baixa densidade Abandono da produção agrícola tradicional Perda de tradições Ausência de oportunidades de emprego	Isolamento social Despovoamento	Perda Cultural Fraca capacidade crítica Fraco sentimento de pertença Baixo sentimento de autoestima
Problema(s)	Ausência de investimento e políticas publicas	Envelhecimento populacional	Descrença no território
Causas	Investimentos assimétricos urbano-rurais; Encerramento de serviços públicos; Encerramento de serviços privados	Migração para centros urbanos Emigração	Desvalorização do Património Rural Ausência da participação nos processos de desenvolvimento



### **3. PRESSUPOSTOS DE ATUAÇÃO**

Acreditar na mudança é fortalecer oportunidades de revitalização das aldeias, questionar o modelo atual de desenvolvimento é contribuir para a sua reformulação.

#### **3.1. Tudo o que se faz num centro urbano pode também ser realizado numa aldeia**

As aldeias têm espaços disponíveis por rentabilizar, rendas baixas, condições de alojamento, população ávida de envolvimento em novas dinâmicas. Acreditamos que é possível: gerir empresas, realizar eventos, criar jardins e parques infantis, gerir escolas e criar pequenas estruturas comerciais e turísticas.

#### **3.2. Tudo o que está sem utilização é espaço de oportunidade**

Nas aldeias é comum a existência de espaços públicos disponíveis (ex.: escolas do estado novo e casas do povo) que após um investimento público por vezes significativo, se encontram sem projetos inovadores e por vezes de acesso restrito. Estes espaços podem ser colocados no “mercado das ideias empreendedoras e transformadoras” e serem exploradas como espaços de desenvolvimento comunitário e de oportunidade para jovens e potenciais empreendedores.

#### **3.3. As aldeias podem ser globais e harmonizar as cidades**

Alguns dos problemas sociais e ambientais dos centros urbanos podem ser atenuados com a criação de estratégias concertadas que procurem resolver os problemas das cidades procurando soluções nas aldeias. Fará sentido um modelo de desenvolvimento global, onde as aldeias estão despovoadas e em simultâneo migrações mundiais (associadas aos conflitos armados e à fome) provocam novas redes de tráfico humano e o desespero de comunidades na procura de suprimirem as suas necessidades básicas, como a segurança e a alimentação?

#### **4. DO QUE ESTAMOS A FALAR ... CONCEITOS**

O modelo de intervenção do “Há Festa no Campo” resulta de um conjunto de conceitos que sustentam as suas práticas de intervenção nomeadamente o desenvolvimento local e comunitário, a educação para o desenvolvimento e a economia social e solidária. O desenvolvimento local porque sugere uma intervenção de base comunitária na capacitação das populações, sendo que deverá estar intimamente ligada a uma estratégia participativa e reflexiva onde poderemos assim incluir a dimensão crítica e pedagógica, remetendo-nos deste modo para o conceito de educação para o desenvolvimento. Por fim, a economia social e solidária surge na procura de uma maior sustentabilidade das ações e do modelo de intervenção social, sendo que a economia ao privilegiar a sua vocação social estará a promover o desenvolvimento dos territórios, reduzindo as desigualdades sociais e reforçando a justiça social.

##### **4.1. Desenvolvimento local e ação comunitária**

O desenvolvimento local é um conceito transversal que surge das experiências do desenvolvimento comunitário nos anos 60, nos países anteriormente designados de terceiro mundo e que tinham uma forte intervenção da ONU – Organização das Nações Unidas. Segundo Holdcroft (1978, p.10) o “desenvolvimento comunitário surge como sendo um processo, método, programa, instituição, e/ou movimento que:

- envolve toda a base da comunidade na solução dos seus próprios problemas;
- promove o ensino e insiste no uso de processos democráticos para a (re)solução de problemas comum à comunidade;
- estimula e facilita a transferência de tecnologias para que a comunidade possa solucionar, de forma efetiva, os seus problemas comuns. Unir esforços para resolver, de forma democrática e científica, os problemas comuns da comunidade foi visto como sendo um dos elementos essenciais ao desenvolvimento comunitário”

A promoção de uma cidadania participativa, a capacitação e autonomização dos atores locais para combater as desigualdades locais e procurar soluções inovadoras é para Melo

(1998, p.5), um processo de desenvolvimento local que implica uma visão comum e partilhada, promovendo iniciativas integradas com base nas dimensões económica, social, cultural, política e ambiental. O desenvolvimento local (DL) é antes de mais uma vontade comum de melhorar o quotidiano. Esta proposta de conceito que surge no âmbito do trabalho desenvolvido na Associação Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local é também partilhado por Amaro (et. al., 2004 p.80), que entende o “desenvolvimento local como um processo de mudança de base comunitária, um grupo territorialmente enraizado, que se reconhece numa identidade comum e é capaz de se mobilizar em dinâmicas de solidariedade ativa para resolver problemas”. Defende como um processo desencadeado a partir da constatação dos problemas locais pela própria comunidade, para quais alguns dos seus membros mobilizam as suas capacidades “endógenas” e recursos para os resolverem, através de um processo pedagógico e participativo. O autor defende que reconhecendo a insuficiência dos recursos endógenos, procuram capacidades exógenas (humanas/técnicas, financeiras, informativas, materiais...) que reforcem a perspetiva multidimensional e integrada, consolidada numa lógica de parceria e de partilha de perspetivas e recursos, com base numa grande diversidade de protagonistas, caminhos e processos e com um alto impacto social na comunidade.

No atual contexto de apoios comunitários, o parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre o «Desenvolvimento local de base comunitária enquanto instrumento da política de coesão 2014-2020»<sup>4</sup> propõe a procura de mecanismos de desenvolvimento local de base comunitária como um instrumento específico que permite a mobilização e envolvimento de comunidades e organizações locais, de modo a que contribuam para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, reforçando a coesão territorial.

#### **4.2. Educação para o desenvolvimento**

---

<sup>4</sup> Ver Jornal Oficial da União Europeia - Comunicações e Informações n.º58, 14 de julho de 2015

O conceito de educação para o desenvolvimento emerge da preocupação das ONGD (Organizações não Governamentais para o Desenvolvimento) com os países do hemisfério sul e na sua preocupação face à coesão social, à participação das comunidades na atenuação e resolução dos seus problemas e na procura da dignidade e justiça junto dos cidadãos. Esta preocupação facilmente é relacionável às assimetrias construídas não apenas entre hemisférios mas também entre o urbano e o rural, nomeadamente no caso português. Segundo o Centro de Investigação para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC - 2015), o conceito de Educação para o Desenvolvimento (ED) surge em meados da década de 70, tendo vindo a assumir diferentes interpretações na medida em que as definições de “educação” e “desenvolvimento” se tornavam mais complexas, situação também destacada no documento da estratégia nacional de educação para o desenvolvimento (2010-2015) do IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, que destaca as diferentes definições apresentadas, tendo em consideração as prioridades distintas, mas que no entanto apresentam preocupações comuns enquanto instrumento de luta contra a exclusão, à injustiça e às desigualdades globais.

Uma das definições de educação para o desenvolvimento é sugerida pela Plataforma Portuguesa das ONGD (2002, cit pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento [IPAD] (n.d.): onde “a Educação para o Desenvolvimento (ED) é um processo dinâmico, interativo e participativo que visa: a formação integral das pessoas; a consciencialização e compreensão das causas dos problemas de desenvolvimento e das desigualdades locais e globais num contexto de interdependência; a vivência da interculturalidade; o compromisso para a ação transformadora alicerçada na justiça, equidade e solidariedade; a promoção do direito e do dever de todas as pessoas, e de todos os povos, participarem e contribuírem para um desenvolvimento integral e sustentável.” Em 2007 no seio da comunidade europeia é sugerido também pela declaração de consenso europeu<sup>5</sup> sobre ED que “a educação e a sensibilização para o desenvolvimento contribuem para a erradicação da pobreza e para a promoção do desenvolvimento sustentável através de abordagens e atividades educativas e de

---

<sup>5</sup> Declaração conjunta do Conselho e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros reunidos no Conselho, do Parlamento Europeu e da Comissão sobre a política de desenvolvimento da União Europeia: "O Consenso Europeu" [Jornal Oficial C 46 de 24.2.2006]

sensibilização da opinião pública baseadas nos valores dos direitos humanos, da responsabilidade social, da igualdade de género e num sentimento de pertença a um só mundo, em ideias e perceções das disparidades entre as condições de vida dos seres humanos e dos esforços necessários para ultrapassar essas disparidades, bem como na participação em ações democráticas que influenciam as situações sociais, económicas, políticas ou ambientais que afetam a pobreza e o desenvolvimento sustentável (...) têm por objetivo permitir que todos os cidadãos da Europa disponham em permanência de oportunidades de sensibilização e de compreensão dos problemas relacionados com o desenvolvimento global, bem como da sua pertinência local e pessoal, e possam exercer os seus direitos e assumir as suas responsabilidades enquanto cidadãos de um mundo interdependente e em mutação, influenciando a evolução para um mundo justo e sustentável” (Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento: Contributo da Educação para o Desenvolvimento e da Sensibilização (2007, Op. Cit., secção II.12 e 13). Destacando a estratégia nacional de educação para o desenvolvimento proposta pelo IPAD (2010, p.18), as várias propostas de conceito da educação para o desenvolvimento, inspiram a conceção sugerindo em traços gerais, as seguintes dimensões:

- A ED sensibiliza : partilhando informação e reflexões com as pessoas, questionando as situações vividas e conhecidas, fazendo crescer a vontade de mudar o que é injusto;
- A ED consciencializa, forma e mobiliza: levando as pessoas a assumir a sua própria situação, os seus limites e as suas possibilidades, bem como as dos restantes seres humanos permitindo-lhes avaliar estas situações com critérios de justiça e solidariedade desenvolver visões, estratégias e propostas concretas de mudança e pô-las em prática, combatendo as injustiças
- A ED influencia as políticas: nomeadamente as políticas públicas, denunciando aquelas que sistemicamente originam ou perpetuam a pobreza, a exclusão e as desigualdades e propondo políticas concretas no domínio da ação do estado, do setor privado e da sociedade civil, de modo a que promovam o bem comum à escala local e global.

### **4.3. Economia social e solidária**

É através da identificação de novos problemas e reforçada pela incapacidade do estado e pela sua descrença na resolução dos problemas locais e globais, tais como a nova pobreza e exclusão social ou a crescente desigualdade mundial que a designação de economia solidária assume maior relevância nos últimos anos, estando intimamente ligada à inovação social e a um novo e necessário diálogo entre a economia e os novos movimentos civis e associativos, dos quais facilmente se identificam as propostas arrojadas que surgem em contexto rural e urbano, onde se multiplicam em ações coletivas de proximidade e solidariedade, de cooperação, de reciprocidade com fortes preocupações com o local.

A economia solidária para Laville (2009, p.166 ) conjuga três tipos de recursos: os provenientes da reciprocidade entre os seus elementos, as mais-valias (materiais e não materiais) geradas pelas ações solidárias e recíprocas; os recursos públicos, assentes no princípio da redistribuição, no qual o estado é o seu responsável, através da captação de recursos e na sua redistribuição através de subsídios, apoios e os recursos do mercado, obtidos nas relações de troca comerciais. Já segundo França (2003, p.33) reforça a dimensão ideológica, colocando “a economia solidária como uma corrente de pensamento e de ação que visa recuperar o sentido social e ético da economia para enfrentar a desigualdade pobreza e a exclusão. Trata-se de um enfoque baseado na supremacia do indivíduo e da sua capacidade de realização, mas de um indivíduo capaz de apoiar e ser apoiado por outros e de reconhecer restrições à sua liberdade perante os direitos dos demais. Nesse sentido, pretende incidir sobre as relações sociais consubstanciadas nos intercâmbios económicos, garantindo que estejam de acordo com os direitos e obrigações de todos os envolvidos.

A lógica da economia solidária é a procura da satisfação das necessidades e não apenas o acumular de lucros.” No entanto o conceito que mais se aproxima com o trabalho desenvolvido no âmbito do “Há Festa no Campo”, resulta da visão integrada de Amaro e Madelino (2004, p.12 e 13), onde a ideia de economia solidária reforça a ideia de atividade “solidária”, não no sentido social restrito, mas no sentido sistémico, de

PROVA DE ESPECIALISTA EM SERVIÇO SOCIAL  
A INTERVENÇÃO SOCIAL DO PROJETO “HÁ FESTA NO CAMPO”

interdependência e integração com a vida, e portanto expressa em sete dimensões fundamentais :

- Uma atividade económica, uma forma de produção e/ou distribuição de bens e serviços, de criação de empregos, de rendimentos e de satisfação de necessidades;
- Promotora de coesão social da integração social e no combate a qualquer tipo de desequilíbrios ou injustiças sociais, assumindo um papel fundamental na integração das pessoas em situação de desfavorecimento social, sendo portanto um mecanismo de combate à pobreza e exclusão social;
- Respeitadora e valorizadora do meio ambiente, na preservação dos ecossistemas da biodiversidade e de todos os recursos locais;
- Respeitadora e valorizadora da diversidade cultural, como a preservação dos saberes das entidades e promotora do diálogo intercultural;
- Sustentada numa gestão eficiente e integrada, no sentido de serem geridas com boa governância, transparência e numa lógica integrada, de parceria e de avaliação permanente,
- Ser territorialidade e promotora de desenvolvimento local, de mecanismos que valorizem as capacidades das comunidades locais e que assim satisfaçam as suas próprias necessidades
- Assente numa lógica de investigação-ação, que lhe permita uma constante criatividade e adaptação a novos desafios.

## **5. O SERVIÇO SOCIAL NO “HÁ FESTA NO CAMPO”**

PROVA DE ESPECIALISTA EM SERVIÇO SOCIAL  
A INTERVENÇÃO SOCIAL DO PROJETO “HÁ FESTA NO CAMPO”

No projeto “Há Festa do Campo” o assistente social assume a coordenação de uma equipa multidisciplinar e de uma estratégia que tem subjacente na sua visão mais radical, a necessidade de transformação “política” através da organização de um modelo em rede promotor da mudança social na procura de processos promotores do desenvolvimento local. Tal como defendido por McDonough<sup>6</sup> (2001, p.354), o serviço social tem como princípios a liberdade e a defesa de uma maior justiça social, sendo que o foco na intervenção com comunidades é totalmente justificado enquanto “ chave na missão da justiça social em serviço social; (1) devido ao crescimento de excluídos numa lógica de mercado, e de um (2) déficit democrático, a necessidade de democracia participante como fonte de empowerment”, propondo 12 ideias chave na intervenção com comunidades das quais se destacam 4, as que mais se aproximam com a realidade do projeto aqui documentado; o (1) “conhecimento íntimo da vida da comunidade para selecionar as intervenções adequadas”, e a constatação de que as comunidades (2) “exibem um alto grau de interação e reciprocidade que permite aumentar os recursos para resolver alguns problemas do dia a dia”, por outro lado o (3) “ processo de envolvimento da população e a necessidade de experiências de sucesso para o empowerment” e a importância que o assistente social representa para a estratégia, onde (4) “ a ação e decisão pertencem à comunidade” (McDonough 2001, p. 355-356).

O profissional de serviço social, assume aqui um papel de agente de mudança e de promoção de uma maior justiça social, através do trabalho com a comunidade local. O serviço social tem subjacente uma cultura de intervenção democratizante e participativa, ao procurar envolver a comunidade em todo o processo de intervenção, e uma lógica implícita de procura do conhecimento no campo das ciências sociais para a definição de estratégias de atuação, consolidada numa lógica de procura e reflexão do conhecimento (investigação) e na apresentação e desenvolvimento de propostas de intervenção (ação).

O modelo de atuação do profissional de serviço social, presente no projeto “Há Festa no Campo”, é um bom exemplo da formação e princípios do serviço social e da necessidade do seu papel crítico e construtivo no contexto atual e social em que vivemos, contexto marcado pelo aumento das desigualdades e das fragilidades sociais dos públicos mais

---

<sup>6</sup> Josefina McDonough - Doutorada em Serviço Social, Professora na Universidade do Arizona - EUA  
MARCO DOMINGUES



PROVA DE ESPECIALISTA EM SERVIÇO SOCIAL  
A INTERVENÇÃO SOCIAL DO PROJETO “HÁ FESTA NO CAMPO”

vulneráveis, onde se inserem, nomeadamente as populações aldeãs, marcadas por um forte envelhecimento populacional.

O profissional de serviço social ao assumir a coordenação e orientação da equipa multidisciplinar propõe um modelo de intervenção comunitária, ou como diria Faleiros (2008, p.51) de coletivização da prática, onde os “clientes” são colocados em interação com outros e encorajados a estabelecer alianças na procura de soluções comuns, implicando também o aumento do “poder” dos indivíduos e da comunidade no seu todo face ao processo de tomada de decisão da estratégia de intervenção social proposta. O assistente social é levado a construir uma estratégia na ótica do interesse da comunidade e não apenas da sua visão, permitindo ao assistente social a consolidação de uma mudança da realidade, através da participação, transformação e capacitação dos atores locais.

É com base neste modelo de intervenção/experimentação, com um forte grau de inovação social e de pedagogia, que “podendo ter como base um pequeno grupo ou uma comunidade, onde a finalidade é o envolvimento de toda a comunidade num projeto de desenvolvimento social com caráter promocional educativo” (Mouro *et. al.*, 2014 p.43), remetendo-nos assim, para a importância de uma cidadania ativa e participativa, e também para um processo pedagógico (conceito de educação para o desenvolvimento) que permite a sustentabilidade da intervenção social e a autonomia do seu desenvolvimento.

A intervenção comunitária no serviço social também é referida por Esgaio (*et. al.*, 2014 p.207-208) segundo três modelos de atuação, o (1) desenvolvimento local, que sugere uma intervenção localizada e orientada para os processos no sentido da integração social e do desenvolvimento de competências, o (2) planeamento social, orientada para os resultados no sentido de atenuação dos problemas sociais com base num diagnóstico claro e com respostas concretas e por fim a (3) ação social, a intervenção integrada orientada para a alteração dos sistemas de poder, dimensões muito presentes na atuação do projeto. Neste sentido, poderemos afirmar que o conceito de serviço social da *International Federation of Social Workers* (IFSW), enquadra a realidade do projeto, ao propor um conceito global, sugerindo o serviço social enquanto “uma profissão de intervenção e uma disciplina académica que promove o desenvolvimento e a mudança

PROVA DE ESPECIALISTA EM SERVIÇO SOCIAL  
A INTERVENÇÃO SOCIAL DO PROJETO “HÁ FESTA NO CAMPO”

social, a coesão social, o *empowerment* e a promoção da pessoa. Os princípios de justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade são centrais ao serviço social. Sustentado nas teorias do serviço social, nas ciências sociais, nas humanidades, o serviço social relaciona as pessoas com as estruturas sociais para responder aos desafios da vida e à melhoria do bem-estar social”.

O conceito de serviço social, também associado ao trabalhador social, é assim, um bom exemplo da intervenção comunitária do projeto “Há Festa no Campo”, sendo este, uma estratégia de capacitação (*empowerment*) e de envolvimento das populações (participação) das aldeias que através dos seus recursos (competências e estruturas) vão potencializar as suas oportunidades e deste modo atenuar ou resolver os seus problemas individuais mas também os da sua comunidade, um modelo de desenvolvimento e de intervenção social também segundo Robertis (*et. al.* 1994, p. 215), no qual defende o “desenvolvimento como um processo global de transformação de uma sociedade (...) onde devem ser criadas as condições de participação da população na procura de processos de desenvolvimento”.

Esta iniciativa (projeto) de mudança social no qual defende uma intervenção comunitária, é facilmente associada às propostas de procura da sustentabilidade da ação em serviço social conforme referidas por Esgaio (*et. al.*, 2014 p.215). Procura-se assim, uma sustentabilidade económica na procura de fontes de financiamento alternativas e na valorização da teoria da reciprocidade (ver conceito de economia social e solidária), uma sustentabilidade social na promoção da coesão social e na capacidade de mobilização social e uma sustentabilidade ambiental e cultural, onde a visão holística da intervenção (dimensão ambiental) e a valorização do património natural e cultural está presente.

O “Há Festa no Campo” tem subjacente uma proposta de mudança radical da realidade das aldeias, onde o atual modelo vigente e dominante condiciona e alimenta o crescente abandono das populações aldeãs e rurais, através e como exemplo da perda de serviços públicos (transportes, saúde, educação...), aumentando as desigualdades de relações de poder (Faleiros, 1997) resultado da baixa expressão eleitoral e deste modo de defesa dos seus interesses. O desenvolvimento das aldeias exige assim um trabalho renovador da

PROVA DE ESPECIALISTA EM SERVIÇO SOCIAL  
A INTERVENÇÃO SOCIAL DO PROJETO “HÁ FESTA NO CAMPO”

intervenção social com a criação de serviços de proximidade encarados numa lógica mais tradicional do serviço social ( através do atendimento, informação e encaminhamento) mas também na procura de mudanças radicais na estrutura e na defesa (advocacy) da comunidade, através de um “ativismo político” conseguido com a promoção de ações coletivas e de consciencialização das comunidades. Assim, o assistente social assume-se como um ativista político ao querer defender um novo modelo de desenvolvimento consolidado na participação e capacitação da população local para a defesa dos seus próprios interesses. Por outro lado a intervenção deverá também ser analisada numa dimensão menos radical e mais planeada e concertada no que poderá ser designado de modelo intervencional sistémico. Aqui, o assistente social é um agente de mudança que ao compreender a dinâmica social (a interação dos sistemas), define um projeto de intervenção estruturado ( objetivos, ações e resultados) com a comunidade e as instituições sociais, devidamente enquadrado pelas políticas sociais. O trabalhador social é então o promotor de uma estratégia de desenvolvimento de mudança

O modelo de intervenção comunitária do “Há Festa no Campo” resulta de um diagnóstico participativo e contínuo e de um processo de planeamento (r)estruturado resultante das metodologias de intervenção social e da experiência adquirida da coordenação enquanto profissional de serviço social, o que permite a promoção do relacionamento sustentável entre diferentes atores e disciplinas sociais e “não sociais”<sup>7</sup> na procura da capacitação de agentes locais promotores da mudança e da coesão social.

O projeto “Há Festa no Campo” afirma-se enquanto projeto de intervenção social e enquadra-se na DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS da ÉTICA NO SERVIÇO SOCIAL<sup>8</sup>, onde a promoção dos direitos humanos e da dignidade humana é um objetivo fundamental, promovendo o respeito à autodeterminação ( liberdade de escolha), à participação das pessoas e à promoção do empowerment, procurando uma maior justiça

---

<sup>7</sup> Outras áreas de atuação, tal como as artísticas e de comunicação

<sup>8</sup> Disponível na APSS em <http://www.apross.pt/profissao/etica-e-deontologia/>. Este documento tem como ponto de partida a definição de Serviço Social, adotada, separadamente pela FIAS - Federação Internacional dos Assistentes Sociais e pela AIESS - Associação Internacional de Escolas de Serviço Social nas respetivas Assembleias Gerais de Montreal, Canadá, em julho de 2000 e, posteriormente, acorda como única, em Copenhaga, em maio de 2001.

social, rejeitando a discriminação negativa, promovendo o reconhecimento da diversidade cultural, a distribuição dos recursos equitativos e desafiando a estrutura dominante e política (governamental e local) intervindo solidariamente na promoção de uma comunidade mais inclusiva.

O projeto/prática aqui documentada é um bom exemplo da defesa dos princípios do serviço social e da intervenção do assistente social, onde a procura e capacitação de uma comunidade é realizada através da mobilização coletiva, e encarada enquanto estratégia de intervenção e de promoção do empowerment, procurando a redistribuição mais equitativa dos recursos públicos e da promoção de uma maior coesão territorial.

### **5.1. Desafios do Serviço Social atual – análise do coordenador de projeto**

O serviço social assume enormes desafios num contexto cada vez mais híbrido da intervenção social, onde novas áreas técnicas<sup>9</sup> emergem ocupando espaços e anteriores responsabilidades do serviço social, explorando também novos contextos de atuação. O profissional de serviço social deve por um lado:

- Reforçar o seu papel crítico e construtivo na promoção da mudança na sociedade, contrapondo um conformismo burocrático de uma boa parte da ação atual dos profissionais, invertendo também a representação social mais passiva da profissão – REFORÇAR O PAPEL CRITICO;
- Questionar os modelos de atuação organizacionais que por vezes geram novos problemas sociais ( exemplo com recursos humanos em situação limite, dependência dos recursos face à lógica ideológica do financiamento do estado alimentando a situação de dependência dos destinatários das respostas, ou a competição no setor da economia social...) – QUESTIONAR A REALIDADE ORGANIZACIONAL DA ECONOMIA SOCIAL;

---

<sup>9</sup> Como exemplo o marketing social, a relação com as empresas e com a comunicação social

PROVA DE ESPECIALISTA EM SERVIÇO SOCIAL  
A INTERVENÇÃO SOCIAL DO PROJETO “HÁ FESTA NO CAMPO”

- Procurar o desenvolvimento de novas competências para a atuação e legitimação da importância do serviço social em novos contextos de atuação, nomeadamente em setores híbridos (setor lucrativo com o não lucrativo, como exemplo a responsabilidade social de empresas) – **DESENVOLVER NOVAS COMPETÊNCIAS PARA NOVOS CONTEXTOS DE ATUAÇÃO.**

Para isso deverá repensar a sua prática e a procura de um reconhecimento profissional:

- Num contexto de **INDEPENDÊNCIA** e de rigor, procurando novos espaços de atuação e de intervenção social (exemplo as iniciativas de empreendedorismo social), conseguindo apresentar propostas sustentáveis que atenuam ou resolvem problemas sociais com base na relação com o mercado local e global;
- Na promoção da **INOVAÇÃO SOCIAL**, conseguindo “criar” e gerar novos mecanismos de atuação (modelos de atuação mais eficientes e renovados) com novos e visionários atores (organizações viradas para o futuro), procurando a focalização da intervenção na capacitação dos grupos e comunidades em que intervém;
- Em contexto de **ECONOMIA SOLIDÁRIA**, onde a economia social apresentasse com uma proposta ideológica concreta de procura de uma economia inclusiva e cooperativa (cooperar para competir) gerando não apenas respostas sociais, mas mudanças sociais, através de uma lógica solidária de mercado, que permite o financiamento e independência;
- A atuação para o **DESENVOLVIMENTO LOCAL**, ao apostar na intervenção comunitária e no trabalho em rede, através da promoção de projetos pedagógicos de mudança e capacitação - **EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO**, de processos de promoção da participação e do desenvolvimento de competências – **EMPOWERMENT**, da comunidade contribuindo para uma **CIDADANIA PARTICIPATIVA E TRANSFORMADORA.**

A profissão de serviço social exige um posição crítica e construtiva dos profissionais, e um ativismo que permita a renovação de práticas na procura de um maior sentimento

de justiça através da mobilização das comunidades, dos grupos e dos indivíduos, encarando-os como parte integrante do processo de intervenção e transformação das sociedades e não apenas como destinatários, beneficiários ou utentes das tradicionais respostas sociais.

## **6. INSPIRANDO A MUDANÇA... PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

A inspiração é a capacidade de persuadirmos e mobilizarmos a comunidade local, agentes sociais, políticos e parceiros a contribuírem para a sustentabilidade e continuidade do modelo de intervenção social proposto e em desenvolvimento.

### **6.1. A inspiração da educação para o desenvolvimento local**

- A educação intergeracional e informal surge como uma prioridade da estratégia de desenvolvimento local do “Há Festa no Campo”. A educação realiza-se pela partilha de saberes e competências entre os diferentes perfis e tipos de envolvimento no projeto. As assembleias comunitárias são os espaços que se encaram como fundamentais para um processo de educação com base na partilha de experiência e reflexão entre os participantes, permitindo a identificação de oportunidades de desenvolvimento local.

### **6.2. A inspiração da revitalização económica associada à social**

- A valorização das competências reflete-se na comercialização e conseqüente aquisição de produtos localmente produzidos. Promover um mercado local de comercialização dos produtos e apoiar a revitalização da microeconomia associada (às iniciativas individuais e empresas locais - cafés, mercearias) associando-a à dinâmica de transformação social é entendida como fundamental.

### **6.3. A inspiração da arte e da cultura**

- A arte e a cultura são oportunidades de projeção exterior das aldeias com um enorme potencial de criação artística para os artistas que nela participam. Desde a fotografia ao mural, da música de rua às atuações em igrejas, a organização de eventos culturais e artísticos de fusão entre o urbano e o aldeão, apresentam-se como inspiração para a mudança de atitudes e mentalidades promotoras de uma visão sustentável sobre as aldeias e suas comunidades.

### **6.4. A inspiração da participação, capacitação e atitude positiva**

- A participação e capacitação da comunidade passa por um acreditar nas competências e capacidades da comunidade local. A atitude positiva e construtiva perante os constrangimentos é uma inspiração para toda a comunidade, o sentido de “focus” no envolvimento dos diferentes participantes e a capacidade de mobilização da comunidade é um desafio que passa por uma forte aprendizagem comunitária.

## **7. QUANDO A ASSEMBLEIA GERA FESTA E A FESTA ASSEMBLEIA.**

Fases da intervenção – Da apresentação da equipa até à festa e a partir desta!

### **7.1. Recolha de informação e apresentação à comunidade**

Esta é a fase designada tecnicamente de diagnóstico social mas que aqui é realizado também como oportunidade de apresentação do projeto e sua equipa (ideias, parceiros e potencialidades) à comunidade. Nesta primeira fase são realizadas conversas com a população porta a porta, reuniões com os líderes e entidades locais, onde para além da

recolha de informação e dados qualitativos, são também estabelecidas pontes para a participação.

### **7.2. Mobilização das pessoas – Da igreja aos líderes locais**

Identificado os líderes locais, geralmente associados a associações e coletividades locais e também com o reconhecimento local por vezes, com apelos através da igreja (no decurso da missa), é um dos espaços privilegiados para o estabelecimento de uma relação de confiança e segurança com a população local. O convite à mobilização é realizado com recurso a convites nas caixas do correio, colocação de informações nos cafés, mercearias e todos os espaços de frequência pública, por exemplo dos tanques das lavadeiras até as paragens de autocarro. A utilização de megafones poderá ser uma opção importante para que a falta de conhecimento das iniciativas não seja uma desculpa à participação.

### **7.3. Assembleia Comunitárias/Participação**

Iniciado o primeiro momento de participação é fundamental a organização dos espaços que deverão ser organizados em espaços promotores de um sentimento de igualdade, proximidade e união ( organização em U ou O). A dinamização destas assembleias deve ser descentralizada e procurar o entusiasmo dos participantes através da dinamização participativa e animação das sessões, de modo a que os principais atores se tornem parte integrante do processo. Estes são espaços de discussão e de decisão, pelo que se pretende num primeiro nível a procura de consensos e não apenas a votação como mecanismo de decisão. As assembleias assumem um papel de promoção da participação da população, mas também podem ser orientadas para encontros temáticos e seletivos, com as parcerias e empresas locais. Estas assembleias mais setoriais servem de preparação para as assembleias comunitárias, das quais podemos assim distinguir:

- Assembleias comunitárias – toda a população é convidada a participar e serve para discussão de estratégias e de processos associados às tomadas de decisão;
- Assembleias comunitárias de parceria – assembleias com associações locais e outras entidades, onde podem resultar em processos de tomada de decisão para iniciativas específicas.



É nestas assembleias que são identificadas as oportunidades e constrangimentos das propostas de desenvolvimento, e de onde surgem localmente os diferentes tipos de agentes de desenvolvimento local, dos quais se distinguem:

- Agentes de relação com a comunidade: servem para aproximar e mobilizar a população (ex., padre local, direção da freguesia);
- Agentes de mobilização de recursos comunitários: disponibilizam recursos e mobilizam-se para a organização de iniciativas e eventos (ex. associações);
- Agentes de transformação comunitária: São ativos participativos e pretendem uma transformação social dos seus territórios (pessoas da comunidade que são parte integrante das iniciativas de desenvolvimento).

#### **7.4. Capacitação/Partilha/Organização**

Esta fase constitui-se por um processo de capacitação informal das comunidades, através da partilha de responsabilidades e de competências nos processos de:

- Preparação e planeamento das iniciativas, onde os envolvidos se apoiam em tarefas comuns e partilhadas;
- Organização de iniciativas com base na partilha de responsabilidades e saberes a diferentes níveis.

#### **7.5. Festa e Celebração**

Esta é a fase de celebração local e pública das iniciativas organizadas em comunidade. Este momento reforça o sentimento de pertença e entreaajuda, e projeta o território para potenciais novas parcerias, atrai visitantes e gera novas redes de desenvolvimento. É aqui que surgem os mercadinhos locais, as festas e as iniciativas públicas artísticas e culturais. A festa permite à comunidade:

- O sentimento de missão partilhada e com resultados práticos ;
- A preservação do património imaterial e dos afetos comunitários;
- A mobilização da comunidade levando-a ser fazer parte das iniciativas;

- A criação de oportunidades de atração de novos atores de transformação e agentes promotores do desenvolvimento.

### **7.6. Comunicação – “Jornal das Aldeias” e captação de novos atores**

A comunicação sugere três alvos específicos, a comunicação para a (1) comunidade, a comunicação para o (2) exterior e a comunicação para os (3) parceiros. Enquanto a comunicação para comunidade necessita de uma aproximação forte aos canais de comunicação locais e à mobilização de atores locais que descodifica a mensagem pretendida, a comunicação com o exterior deverá fortalecer o local e o sentimento de pertença da comunidade e daqueles que “migraram” da aldeia. Deverá também apresentar o local como espaço de visita e de acolhimento nas suas diferentes dimensões. O “Jornal das Aldeias” é um exemplo prático da importância da comunicação, sendo também uma ferramenta promotora da visão sustentável do local, mas também integrador e convergente, ao permitir a convergência das várias dimensões do desenvolvimento.

Por último, a comunicação com os parceiros deverá permitir uma relação de sustentabilidade com base na partilha de interesses comuns e estratégicos entre as partes.

### **7.7. Sustentabilidade e parcerias**

A sustentabilidade é potencializada pela proximidade e relação de empatia que se estabelece com os parceiros, nomeadamente:

- O poder local; a freguesia e a câmara municipal local onde por vezes a realidade de relação se diferencia pelas diferentes lógicas de intervenção e de mobilização comunitária;
- As associações e empresas locais; as mercearias, cafés, coletividades recreativas e culturais, as IPSS e outras entidades coletivas com ou sem fim lucrativos. Aqui poderemos entender todas as entidades com uma componente de intervenção social que supera em larga escala o objetivo do lucro;

- As entidades académicas e escolas profissionais; os politécnicos e as universidades assumem um papel importante na investigação-ação, mas também no desenvolvimento de trabalhos académicos que contribuem para a educação para o desenvolvimento, para processos avaliativos e expansão da estratégia;
- A igreja; este é o canal privilegiado de comunicação das iniciativas, mas também da criação do sentimento de pertença e de proximidade espiritual, que tantas vezes é necessária, sendo também a igreja um espaço privilegiado de desenvolvimento de iniciativas.
- As associações de desenvolvimento local; estas são as entidades que entre si, fortalecem as técnicas de intervenção para o desenvolvimento local
- Os patrocinadores e financiadores; estas entidades podem assumir um nível nacional, sendo aquelas que realizam investimentos significativos em projetos sociais. Ao nível local, temos as pequenas entidades que contribuem para a sustentabilidade das iniciativas pontuais.
- A comunicação social e as redes sociais virtuais; a imprensa e a rádio local, os diários digitais, as rádios nacionais e os diferentes canais de televisão geram rede e oportunidades que importa realçar. Uma boa relação com estas entidades é a afirmação da estratégia e das ideias associadas, gera transformação de atitudes e de mentalidades. Aqui é importante um cuidado acrescido com o impacto de determinadas peças de comunicação que podem ter efeitos perversos e contraproducentes na comunidade, aplicando-se a mesma sensibilidade à comunicação via redes sociais.

## **8. FALAR PORTUGUÊS PARA TODOS!**

Os territórios rurais são cada vez mais atraentes para famílias europeias que escolhem as aldeias como destinos de mudança. São artistas, jornalistas, ecologistas, professores e muitas outras competências que podem ficar ao serviço do local, potencializando as oportunidades locais. Aproximar o português destes novos residentes é fundamental e oportuno, uma vez que estas comunidades se consolidam nos valores da reciprocidade e da dádiva e retribuem com o que podem.

Falar português para todos é também uma chamada de atenção para a linguagem técnica muitas vezes utilizada no âmbito dos processos promovidos pelos recursos exógenos (técnicos de projeto). Esta linguagem distancia-se da realidade das comunidades e por vezes inviabiliza a mobilização das capacidades e competências locais. Falar português para todos é tornar a linguagem simples e clara na comunicação com as populações, é eliminar estrangeirismos, “urbanismos” e tecnicismos sem desvalorizar as capacidades de compreensão da comunidade.

## **9. PENSAR A EXPANSÃO ATRAVÉS DA CONSOLIDAÇÃO**

### **Fase 1 – Importação – esquecer a exportação!**

Esta fase é consiste na atração e organização de recursos para o desenvolvimento através da criação de sinergias, de candidaturas a apoios e do estabelecimento de parcerias. É a fase de convergência estratégica da intervenção e de experimentação do modelo proposto. Consolida-se numa lógica de investigação-ação, onde a ação e a reflexão estão presentes com base na criação de momentos de avaliação contínua, o que não significa que sejam momentos formais e com base nas técnicas tradicionais, por exemplo um lanche depois de uma atividade serve para um contacto com a população e uma reflexão partilhada.

### **Fase 2 – Exportação – realizar o mantra.**

As estratégias que assumem um impacto relevante nos média, podem facilmente ser seduzidas à tentação de crescimento rápido. O crescimento é uma ambição que poderá inviabilizar o verdadeiro “focus” de atuação. Lançar o mantra ( provocar o interesse noutros agentes de desenvolvimento) é fundamental, mas a procurarem conhecer *in loco* o modelo de atuação e não o sentido inverso. A exportação deverá ter a capacidade de atração ao território de novos agentes que exportarão o modelo para os seus territórios. Poderemos realçar a importância da formação local de novos agentes , que irão transferir e adaptar os processos apreendidos para os seus contextos de atuação.

### **Nunca desistir e focalizar as energias na intervenção local - Consolidação**

PROVA DE ESPECIALISTA EM SERVIÇO SOCIAL  
A INTERVENÇÃO SOCIAL DO PROJETO “HÁ FESTA NO CAMPO”

O processo inicial de construção de um modelo de desenvolvimento local realça a resiliência dos líderes e da equipa de mobilização e a sua capacidade de encontrar soluções para os constrangimentos de intervenção. A capacidade de focalizar um modelo de atuação e mobilizar as “energias” (motivações) construtivas é um exercício de “eficiência energética” (gestão eficiente e eficaz dos recursos - energias) que rentabiliza o esforço dos envolvidos.

## NOTAS FINAIS

O serviço social no “Há Festa no Campo” propõe um modelo de intervenção comunitário e multidisciplinar, um modelo de promoção da participação (assembleias comunitárias), de promoção do *empowerment* (oficinas de capacitação) e de promoção da celebração (apresentação comunitária das iniciativas). Este é um processo de intervenção experimental com base numa lógica de investigação-ação, onde a investigação é um processo contínuo de experimentação com base em conhecimentos e práticas resultantes das diferentes disciplinas e dimensões da intervenção social. O serviço social assume aqui uma visão de intervenção comunitária e local, uma visão integrada e concertada com as parcerias locais, procurando recursos exógenos para a promoção de um modelo de desenvolvimento local sustentável nas suas diferentes

MARCO DOMINGUES

PROVA DE ESPECIALISTA EM SERVIÇO SOCIAL  
A INTERVENÇÃO SOCIAL DO PROJETO “HÁ FESTA NO CAMPO”

dimensões de atuação. Permitindo deste modo a mobilização e capacitação das pessoas para a valorização dos recursos e oportunidades económicas, na preservação do ecossistema cultural e ambiental do contexto onde está inserido e na promoção de uma maior coesão social entre o urbano e o rural reduzindo as situações de desigualdade e de injustiça com as comunidades envolvidas.

Este guia é assim, um humilde contributo concetual da experiência, e da análise do serviço social no âmbito de atuação do projeto em desenvolvimento, ambicionando também ser um manual de transformação e de promoção da intervenção comunitária, que se irá reconstruir a cada ação e com a participação e contributos da comunidade.

## BIBLIOGRAFIA

- Albino, J.C. (2004) – *Contributo para a História do Desenvolvimento Local*. Animar. Vialonga.
- Amaro, R [ et. al] (2004).- *A Animar nos Caminhos e Desafios do Desenvolvimento Local em Portugal*. Animar. Vialonga. 80-81.
- Declaração conjunta do Conselho e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros reunidos no Conselho, do Parlamento Europeu e da Comissão sobre a política de desenvolvimento da União Europeia: "O Consenso Europeu" [Jornal Oficial C 46 de 24.2.2006]

PROVA DE ESPECIALISTA EM SERVIÇO SOCIAL  
A INTERVENÇÃO SOCIAL DO PROJETO “HÁ FESTA NO CAMPO”

- Esgaio, A. [ et. al] (2014) –*Serviço Social : Teorias e Práticas. A Intervenção Comunitária na Prática do Serviço Social: Um imperativo na Conjuntura Socioeconómica Atual?* Factor. Lisboa pp. 205-222.
- Faleiros, V. P. (2007), *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo. Cortêz
- França, Cássio Luiz de (Org.), (2003). *Comércio ético e Solidário no Brasil* Fundação Friedrich/ILDES.
- Holdcroft, L. (1978). *The Rise and Fall of Community Development in Developing Countries, 1950-65: A Critical Analysis and an Annotated Bibliography*. MSU Rural Development, Paper No. 2. East Lansing, Michigan. Michigan State University.
- Laville, J.e Cattani, A. D. (2005), *Dictionnaire de L’Autre Économie*, Paris : Desclée de Brouwer
- Laville, J. (2007), *L’ Économie Solidaire – Une perperspective internationale*, Hachette Littératures
- McDonough J. (2001). *Comunidades e potencialidades da Intervenção. Intervenção Social – Atas do Seminário : Serviço Social a Ação e Saberes*, nº 23/24 ISSSL, pp. 351-358.
- Melo, A. (1998). *Ditos e Reditos em Torno do Desenvolvimento Local. A Rede*. Novembro, pp. 5-8.
- Mouro, H. [ et. al] (2014) –*Serviço Social : Teorias e Práticas. Teoria e Teorizar em Serviço Social*. Factor. Lisboa pp. 27-56
- Robertis, C. & Pascal H. (1994) – *La Intervencion Colectiva en trabajo social. La accion com grupos y comunidades*. Buenos Aires

## WEBGRAFIA

- Centro de Investigação para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (2015). *Educação para o Desenvolvimento*. Acedido a 11 de Abril em <http://www.cidac.pt/index.php/o-que-fazemos/educacao-para-o-desenvolvimento-ed/>

PROVA DE ESPECIALISTA EM SERVIÇO SOCIAL  
A INTERVENÇÃO SOCIAL DO PROJETO “HÁ FESTA NO CAMPO”

- Comissão Nacional da UNESCO (n.d.). *Educação para o Desenvolvimento Sustentável*. Acedido a 11 Abril, 2015 em <http://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/um-planeta-um-oceano/educacao-para-o-desenvolvimento-sustentavel.html>
- International Federation of Social Workers. *Global Definition of Social Work*. Acedido a 5 maio, 2015 em [http://cdn.ifsw.org/assets/ifsw\\_102510-8.pdf](http://cdn.ifsw.org/assets/ifsw_102510-8.pdf)
- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – IPAD (2010-2015), *Estratégias Nacionais de Educação para o Desenvolvimento*. Acedido a maio 15, 2015 em [http://d3f5055r2rwsy1.cloudfront.net/images/cooperacao/estrategia\\_nacional\\_ed.pdf](http://d3f5055r2rwsy1.cloudfront.net/images/cooperacao/estrategia_nacional_ed.pdf)
- Jornal Oficial da União Europeia C 230 - Edição em língua portuguesa - Comunicações e Informações 58.º ano 14 de julho de 2015, acedido a 20 julho de 2015 em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=OJ:C:2015:230:TOC>
- Portal da Juventude, *Educação para o Desenvolvimento*. Acedido a 29 abril, 2015 em [www.juventude.gov.pt](http://www.juventude.gov.pt).